

CGM apresenta resultados das ações do ciclo de 2009-2012



A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (CGM-RJ) realizou evento dirigido aos seus servidores, no dia 14 de dezembro, para apresentação dos resultados das ações estratégicas do ano de 2012 e do ciclo de planejamento 2009-2012. Na primeira parte do evento, os líderes das ações estratégicas de 2012 comentaram os desempenhos frente às metas estipuladas.

A segunda parte do evento foi conduzida pelo Controlador Geral, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, que des-

tacou os resultados alcançados com o Planejamento Estratégico 2009-2012 da CGM-RJ. Comentou que, ao longo destes quatro anos, foi previsto um total de 116 ações. Desse total, foram cumpridas 85 ações (73% do total). Apenas 23 ações não foram concluídas (20%) e oito ações foram suspensas (7%). De acordo com Antonio Cesar, a maior parte das ações concluídas virou atividade dos setores nos anos seguintes, transformando-se em novos serviços prestados pela CGM-RJ.

O Planejamento Estratégico da CGM-RJ

O Planejamento Estratégico para o ciclo 2009-2012 foi desenvolvido a partir das orientações gerais atribuídas à CGM-RJ por decretos divulgados no início do exercício de 2009 e pelas diretrizes emanadas pelo prefeito, que consistiam prioritariamente no aprimoramento de três frentes de atuação: controle preventivo, atuação orientadora e inovação. Para cumprir esses objetivos, a Controladoria ela- ▶

Nesta edição

Entrevista

Diva Maria de Oliveira Gesualdi, presidente do CRC-RJ, fala do panorama da contabilidade no Brasil e da maior inserção das mulheres na área.

(página 4)

Artigo

O auditor da CGM, Ricardo Davi Moraes e Silva, discute os desafios para a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais.

(página 5)

Capacitação

Auditoria Geral da CGM promove palestras de esclarecimentos para prestação de contas a servidores públicos municipais do Rio de Janeiro.

(página 9)



O controlador geral na abertura do evento

► borou este planejamento a partir da identificação das necessidades internas para atendimento às respectivas orientações.

Esse planejamento é revisto anualmente para adequação às eventuais novas diretrizes estabelecidas, para reavaliação das ações plurianuais previstas e para o estabelecimento de outras ações a serem desenvolvidas no exercício.

O monitoramento das ações definidas no Planejamento Estratégico da CGM é feito pela Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle da CGM – CG/ATRIC. Para isso, foram definidos instrumentos de controle e monitoramento preenchidos pelos líderes de projeto. Com base nos instrumentos de controle recebidos das áreas, é realizada pela CG/ATRIC análise do desempenho das ações estratégicas, dos respectivos indicadores, sendo produzidos relatórios de monitoramento para a direção da Controladoria.


Para atingir esses objetivos e, ainda, manter as demais atividades, a Controladoria Geral teve que adequar a sua estrutura organizacional - buscando maior agilidade e integração entre os setores operacionais - e realinhar os processos de trabalho. Nessa ocasião, a CGM-RJ implantou uma gestão baseada em gerentes e não em gerências para dar maior ênfase justamente aos processos de trabalho e não mais à estrutura. “Ao longo dos quase 20 anos de existência da CGM foram adotadas diversas estruturas organizacionais, todas elas com o propósito de associá-las a sua forma de atuação. Por ser um órgão que busca melhoria contínua de seu desempenho e das adoções de práticas inovadoras, as alterações estruturais foram reflexos ora de descontinuidade de alguns processos de trabalho, ora na implementação de novos processos de trabalho. “Adequamos a nossa forma de trabalho ao que existe de mais moderno. Isto já está no sangue da CGM,

somos inquietos. Em quase 20 anos temos conseguido coisas diferentes”, frisou Antonio Cesar.

Outras ações e a Consocial

Antonio Cesar destacou ainda algumas ações importantes voltadas para o aprendizado e inovação da CGM-RJ instituídas nesse período: a capacitação dos servidores e a implantação de processo de intercâmbio.

Segundo ele, no que tange à capacitação foi implementada uma metodologia de alocação dos recursos mais sensível às necessidades reais da CGM e seus servidores, que será complementada com o projeto em desenvolvimento de mapeamento de competências. Com relação aos intercâmbios, foram elaboradas metodologias para realização de visitas dos servidores a outras organizações, para monitoramento das melhorias advindas desse processo e para recebimento de visitas pela CGM-RJ.

Outra ação importante destacada por Antonio Cesar foi a etapa municipal do Rio de Janeiro da Consocial – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social -, realizada em fevereiro deste ano, sob a coordenação da CGM-RJ e da Secretaria Municipal da Casa Civil. O evento foi um verdadeiro desafio para a CGM-RJ e contou com 313 participantes, dentre representantes da Sociedade Civil, Poder Público e Conselhos Municipais de Políticas Públicas, que discutiram o tema “A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública”. Foram priorizadas 20 propostas encaminhadas à Conferência Estadual, que precedeu à etapa nacional. 

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral:

Antonio Cesar Lins Cavalcanti

Subcontroladora de Gestão:

Nadia Assunção Fernandes Neves

Subcontroladora de Integração de Controles:

Angela de Arezzo Meireles

PreStando Conta\$

Edição e pauta:

Margarete Ramos

Diagramação e arte:

Daniel Santos de Barros

Redação e revisão:

Aislan Loyola
e Rogério Lessa Benemond

Assessoria de Comunicação Social

Assessora-chefe:

Margarete Ramos

Assessor-auxiliar:

Aislan Loyola

Editor gráfico:

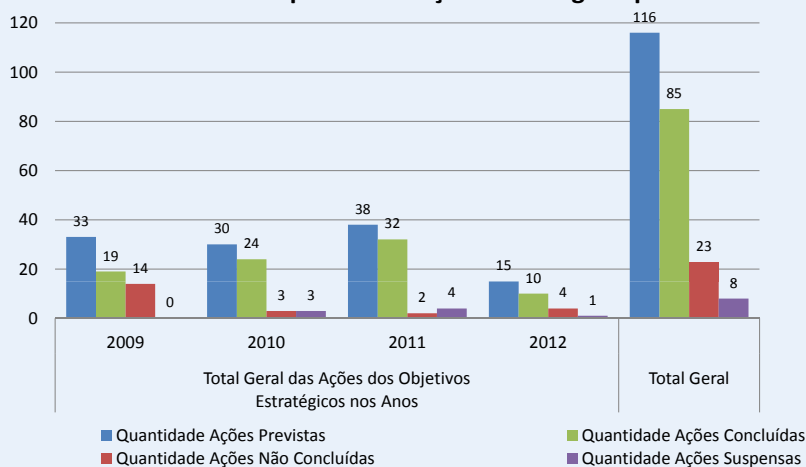
Daniel Santos de Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-901
Tel.: (21) 2976-1515/2967
E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br
Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

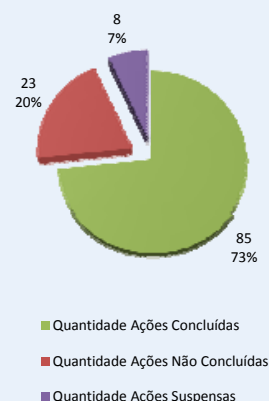
Resultados Estratégicos

Os gráficos abaixo apresentam um panorama geral dos principais resultados alcançados pela CGM-RJ em 2012

Desempenho das Ações Estratégicas por Ano

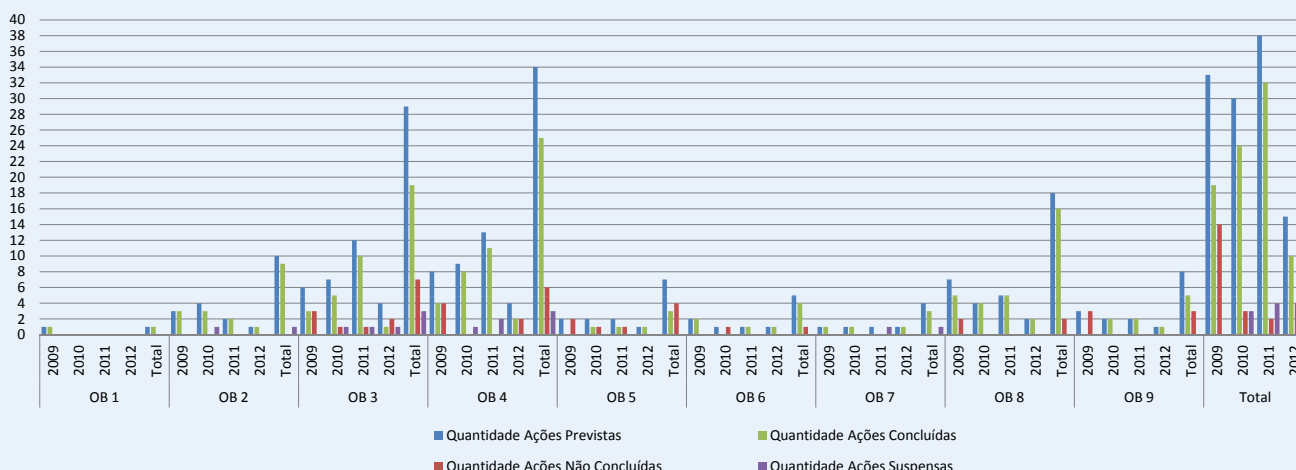


Total Geral de 116 Ações



OBS: no indicador de Ações Não Concluídas de 2012 está incluída Ação Nº 8 (Cálculo do Superávit Financeiro) que será medida em 2013.

Desempenho das Ações Estratégicas por Objetivos



- OB 1 - Obter recursos planejados para as atividades e projetos da CGM
- OB 2 - Formar e reter competências
- OB 3 - Adequar infraestrutura administrativa e tecnológica
- OB 4 - Aprimorar atuais serviços prestados introduzindo práticas modernas e atualizadas de controle interno
- OB 5 - Aprimorar o processo de avaliação de desempenho individual e setorial
- OB 6 - Aprimorar a circulação de informação interna
- OB 7 - Instituir sistema de trabalho integrado
- OB 8 - Incrementar as atividades de controle preventivo e ação orientadora
- OB 9 - Fortalecer a Imagem

Análise das Situações das Ações Estratégicas

Situações	2009	2010	2011	Total	%
A - Ações que tiveram desdobramento em anos seguintes com outras ações	13	15	10	38	38
B - Ações que viraram atividades dos setores nos anos seguintes	16	14	25	55	54
C - Ações concluídas e cujas atividades foram descontinuadas ou não implementadas nos anos seguintes	4	1	1	6	6
D - Ações suspensas no ano e não restabelecidas em anos seguintes	0	0	2	2	2
TOTAL	33	30	38	101	100

Obs.: Análise realizada considerando os desdobramentos das ações no ano imediatamente posterior. Por isso, não é possível apresentar o ano de 2012, último ano desse ciclo de Planejamento.

fonte: Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle da CGM

Entrevista

Diva Maria de Oliveira Gesualdi

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro

Como a senhora vê a formação acadêmica no campo da Contabilidade no Brasil? Há alguma comparação com a formação em outros países que caberia destacar?

Há uma necessidade de aprimoramento na formação acadêmica brasileira cujo conteúdo ainda não se encontra em harmonia aos padrões contábeis internacionais, de maneira geral. E isso não se restringe ao Brasil. Esse é um fenômeno mundial recente e por isso outros países também têm de se adequar a essa nova forma de fazer e ensinar a contabilidade. Além da adequação às normas internacionais, vemos também necessidade de adequação do ensino à prática real da profissão. Esse é um problema antigo que esperamos que agora seja solucionado com essa nova transformação.

Um aspecto relevante no exercício das profissões é o da ética. Como esta questão pode ser contextualizada no âmbito da prática profissional da Contabilidade?

Mercado e sociedade exigem profissionais que primem pela ética e pela técnica aprimorada, dada a importância do profissional da contabilidade na tomada de decisões de empresas e instituições. É de fundamental importância e necessidade da construção de relação de confiança mútua entre os empresários e clientes com seus profissionais da contabilidade, e é no exercício da ética que essa relação se estreita e fortalece. Com os novos adventos da tecnologia e da tributação eletrônica, a verdade é elemento imprescindível na geração de valores, sejam eles monetários ou morais.

O empresário está cada vez mais consciente e cuidadoso com as orientações e solicitações de seu profissional da contabilidade, seja para pagamento de impostos ou nos investimentos para o crescimento do negócio.

A profissão de contador está vivendo um bom momento hoje? Como está o cenário na área pública para o profissional de contabilidade? Há ainda uma boa oferta de concursos para o profissional contábil?

Sim. O mercado está aquecido, porém muito exigente. Estamos num momento importante de transição com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade tanto na área pública como na privada. O profissional da contabilidade, seja ele de qualquer área, tem que saber adequar suas informações a esta nova realidade. É uma evolução sem volta. Aqueles que não se adaptarem, muito



Diva Maria de Oliveria Gesualdi é graduada em Ciências Contábeis, Administração e Filosofia, e pós-graduada em Contabilidade Empresarial e em Gestão Financeira. É a primeira mulher a presidir o CRC-RJ, tendo sido reeleita para mais dois anos no cargo. Recebeu importantes comendas, incluindo a Medalha Pedro Ernesto, entregue pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em 2012 tomou posse como membro imortal da Academia Nacional de Economia. Foi Diretora de Operações da Fundação Brasileira de Contabilidade e é Vice-Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro. Diva também atua como professora universitária de Ética, Balanço Socioambiental e Teoria da Contabilidade.

em breve, não terão espaço no mercado. Os concursos estão acontecendo com muitas opções para profissionais da contabilidade.

Qual a participação feminina na área contábil?

A participação das mulheres na profissão contábil vem crescendo ao longo dos anos como em outros diversos segmentos. Elas representam hoje 40,5% da classe no Estado do RJ e 40,9% em todo o Brasil. O mercado de trabalho em geral está mais justo com as mulheres do que há alguns anos, mas ainda tem muito que evoluir no sentido de equiparação de salários e distribuição de cargos de chefias. As mulheres estão ganhando seus espaços por mérito próprio porque estão cada vez mais capacitadas. E é isso que deve ser levado em consideração.

O Grupo Latino-Americano de Normatizadores Contábeis (Glenif) colocou a contabilidade brasileira em posição de destaque no mundo dos negócios. Isso é um exemplo de que nossos profissionais estão em um excelente nível. Entretanto, quando observamos o exame de suficiência, os resultados mostram que o índice de aprovação está baixo: 1ª edição de 2011 do exame, o índice de aprovação foi de 30%; na 2ª edição chegou a 50% e na 1ª edição de 2012, 47%. Como explicar essa contradição? E o que fazer para melhorar esse índice de aprovação no exame de suficiência?

No Glenif temos profissionais experientes que se destacaram pela sua competência, qualificação e execução de seus trabalhos. São pessoas que nunca param de estudar, estão sempre se reciclando, buscando e adquirindo cada vez mais conhecimento. Esperamos obter cada vez mais profissionais tão bem preparados como eles. Para isso, as faculdades têm de rever seus currículos de forma a adequá-los com as novas necessidades do mercado de trabalho. A profissão mudou e muito. Mas nem todas as universidades acordaram para isso.

Em 2012, o Conselho Federal irá iniciar o projeto intitulado "2013 - Ano de Contabilidade no Brasil". Que ações serão desenvolvidas no CRC-RJ?

O CRC-RJ buscará o apoio dos profissionais e de nossos parceiros a fim de multiplicar essa campanha entre a sociedade através de diversos meios de comunicação. Vamos juntos realizar um amplo projeto de divulgação e conscientização sobre a importância da contabilidade e do profissional contábil.

Numa época em que a tecnologia permite aumentar em muito o grau de transparência das operações que envolvem recursos financeiros, como as Ciências Contábeis podem contribuir para levar ao cidadão comum informações complexas sobre o que é feito com o imposto que ele paga?

Projetos como o Observatório Social, Portal da Transparência e a Consocial foram elaborados com o propósito de estimular a divulgação da aplicação dos recursos públicos. O CRC-RJ apoia todos eles e incentiva os profissionais da contabilidade a aprenderem e a disseminarem essa prática. ⑤

Artigo

Desafios Culturais para o Sucesso da Convergência da Contabilidade Pública aos Padrões Internacionais

por Ricardo Davi Moraes e Silva*

Introdução

Os recentes escândalos corporativos suscitaram dúvida sobre o papel das empresas de auditoria externa e dos contadores. Também o clamor por mais transparência na gestão e a expansão dos mercados de capitais têm levado organismos internacionais à promoção de uma cruzada em prol da padronização das práticas contábeis, exigindo a uniformização das normas internacionais.

A padronização na esfera pública, por seu turno, tem sido fomentada pelo *International Federation of Accountants - IFAC*, através das *International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*, e no Brasil, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), membro da IFAC e regulador da profissão.

A convergência é obrigatória, em 2012, para a União e Estados, e, para os municípios, em 2013. A adoção do novo padrão foi iniciada com a divulgação pela Secretaria do Tesouro Nacional do plano de contas referencial para o setor público e demandará também uma revisão dos procedimentos de execução orçamentária e revisão do fluxo de informações dos elementos patrimoniais que interessam à Contabilidade a fim de que seja possível que, por exemplo, o princípio da competência seja plenamente adotado.

Fundamentos da governança pública

Destaca-se neste processo o estudo IFAC 13, de 2001, que versa sobre gestão de risco, auditoria interna e externa, controle interno, orçamento, gestão financeira e capacitação de pessoal, transparência, demonstrações contábeis, utilização de normas contábeis adequadas e mensuração da performance. Segundo Slonski (2007), o estudo está focado em formas de Governança no Setor Público.

Conforme o Cadbury Report (1992), governança corporativa é um sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas tendo como princípios fundamentais: transparência, integridade e responsabilidade de prestar contas. Porém, o setor público tem características próprias, como transparência, integridade, responsabilidade de prestar contas e eficiência, e sua definição precisou ser adaptada.

Em 2003, o Estudo IFAC 14 – *Transition to the Accrual Basis of Accounting: Guidance for Governments and Government Entities* - aborda a Contabilidade por princípio da competência (*Accrual Basis of Accounting*), como força modernizadora para a Contabilidade aplicada ao setor público. Sinaliza características facilitadoras e sua abrangência. São elas: mandato claro, compromisso político, compromisso de entidades centrais e funcionários-chave, recursos adequados, administração de projetos, capacidade tecnológica e sistemas de informação.

Desafios de ordem cultural para a convergência no Brasil

O modo de vida de uma sociedade é baseado na cultura e no conjunto de valores sociais do grupo, que por sua vez guiam o modelo institucional e a prática (Hofstede, 1980).

Dubrin (2003, p.352) insere que o conhecimento da cultura organizacional pode contribuir para a realização mais suave e menos traumática de uma mudança e a superação de uma resistência potencial.

Também Weffort (2005, p.138) aponta dificuldades e inconvenientes no processo de harmonização de práticas contábeis. Talvez, o principal fator esteja relacionado com o aspecto cultural. “A cultura integra-se às causas para a existência de diferenças contábeis, sendo capaz de influenciar nas normas e nas práticas”, lembra o autor.

Para diferenciar e entender o impacto da cultura no contexto das organizações, estudos, como os de Hofstede (1991), Trompenaars & Hampden-Turner (1998), buscam identificar dimensões que permitam contrastar culturas.

Hofstede (1991) partiu de dados coletados junto a funcionários da IBM, em 53 países, de acordo com parâmetros da Antropologia Social. A dimensão da ansiedade face à incerteza foi definida por Hofstede como até que ponto os membros de uma cultura sentem-se ameaçados diante de situações incertas ou desconhecidas. Conforme Barros e Prates (1996, p. 49) “Hofstede estabeleceu uma dimensão cultural que denominou controle de incerteza para caracterizar a maneira como as sociedades se comportam em relação ao desconhecido, que gera incerteza e riscos”.

Para Hofstede “o sentimento de incerteza e as formas de enfrentá-lo fazem parte de herança cultural da sociedade, sendo transmitido e reforçado pelas instituições de base, como a família, a escola e o Estado”.

No Brasil, a maior dimensão é a Aversão à Incerteza (UAI), que tem grau 76, indicando baixo nível de tolerância da sociedade. Para minimizar ou reduzir este nível de incerteza, regras estritas, as leis, políticas e regulamentos são adotados e executados. O objetivo final é controlar tudo para eliminar ou evitar o inesperado, já que a sociedade resiste à mudança e é muito avessa aos riscos.

Contudo o mesmo Hofstede (2001, p.206) destaca que as incertezas podem ser reduzidas através do planejamento e não devem representar surpresas, se a estrutura do processo de controle na organização apresentar reflexos básicos da cultura organizacional.

Zeff (2007), ao enfatizar os obstáculos e limitações para a convergência das normas societárias alude a quesitos culturais que podem se opor ao sucesso. Cita o negócio e cultura financeira, a cultura de Contabilidade, a cultura de auditoria e a cultura reguladora como questões profundamente culturais.

A Contabilidade Pública brasileira e o regime de competência

A adoção, no Brasil, da Contabilidade por Princípio da Competência (*Accrual Basis of Accounting*) nas bases do Estudo IFAC 14, tem sido um desafio de ordem cultural.

Alijarde e López (2002, p. 146-151) salientam que não há consenso sobre o critério a ser seguido para a elaboração da informação orçamentária.

Lopez (1995, p. 38) afirma que a Contabilidade governamental foi desenhada e estruturada para controlar o orçamento, chegando a ser chamada de Contabilidade orçamentária. Outra característica é ter como objetivo, praticamente único, o controle da legalidade e a prestação de contas, conforme Silva (2004).

Silva (2009, p. 17) afirma que a exigência de se escriturar a Contabilidade por competência sempre esteve presente no diploma legal brasileiro. Uma vez que a Lei 4.320/64 separa orçamento e Contabilidade e, por sua vez, o regime de caixa para o orçamento e de competência para a Contabilidade, o que se necessita é uma mudança da “cultura orçamentária” para a “cultura patrimonial”.

Silva (2009) salienta que ocorreu na administração pública a não incorporação de conceitos produzidos ao longo do tempo. Há um realinhamento com aspectos da ciência contábil que ficaram represados, seja pelo comodismo de alguns, seja pela própria inércia ou pela ênfase à visão de curto prazo, decorrentes do processo eleitoral.

A Teoria dos ciclos políticos orçamentários (*political budget cycle theory*), conforme Nordhaus (1975) versa que os tomadores de decisão preocupam-se em demonstrar sua competência administrativa no curto prazo e deixam de lado a evidenciação contábil do patrimônio.

Segundo o STN, no Brasil existe uma grande confusão entre orçamento e Contabilidade. O orçamento constitui uma peça de programação das fontes (receitas) e usos (despesas) do governo, e o sistema contábil é a estrutura de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.

No entanto, as recentes mudanças na Contabilidade governamental convergem para a evidenciação do impacto no patrimônio das receitas e despesas registradas pelo seu fato gerador, observando-se os princípios da competência e da oportunidade, independente da dificuldade de determinação do momento de ocorrência do fato gerador. (BRASIL 2008a).

Assim, no setor público é preciso estabelecer dois enfoques - orçamentário e contábil. Discussões sobre o equívoco no uso da chave hermenêutica apropriada usada pelos intérpretes da Lei

4.320/64 podem aludir ao por que do afastamento da prática do regime de competência pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público até então.

Adoção de um plano de contas único

A harmonização em âmbito nacional diz respeito à adoção das mesmas práticas por parte das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Busca-se preliminarmente que a Contabilidade esteja sob uma mesma diretriz e regulamentação.

Um dos primeiros passos é a adoção de um plano de contas único, donde foi elaborado o PCASP (Plano de Contas aplicado ao Setor Público) editado em primeira versão em 01/06/2010, pela STN. Ele representa os padrões de entrada da informação no sistema contábil e tem a função de guiar todo o processamento da informação.

A Contabilidade então deverá evidenciar o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada, a despesa realizada à conta dos mesmos créditos, as dotações disponíveis e os recursos financeiros programados. Segundo Mota (2009), na Administração Federal, os fatos contábeis são escriturados automaticamente a partir da indicação de um código numérico, que representa um evento contábil.

Matéria divulgada, em abril de 2010, pelo jornal português O Público, alerta que lá o Plano Oficial de Contas Público (POC-P) ainda é pouco utilizado após sua criação, há 13 anos. E segundo Martins (2010), o presidente do Tribunal de Contas de Portugal não vê razão para que não seja aplicado.

Para evitar isto, o Brasil teria de identificar focos de resistência às mudanças, incluindo ao plano de contas unificado, de forma preventiva. Uma destas ações seria a elaboração de um sistema informatizado: “De - Para”.

Conclusões

O artigo, parte do referencial teórico de uma pesquisa acadêmica mais ampla, procurou de forma breve apontar os desafios culturais à convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, evidenciando que:

A convergência da Contabilidade Pública é um processo já iniciado e suportado em estudos de consistência teórica internacionais, mas que pode ainda se deparar com obstáculos culturais ao seu pleno sucesso. Entre estes estão à aversão às mudanças ambientais, ao uso do enfoque patrimonial na Contabilidade Pública e a adoção de um plano de contas único para toda a administração pública.

O entendimento, divulgação e treinamento sobre as mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público podem cooperar na superação de desafios como os de herança cultural que, contudo não encontram mais sustentação na teoria contábil ou nas normas de uma cultura globalizada. ☺

* Ricardo Davi Moraes e Silva é auditor da Auditoria Geral CGM. É mestre em Ciências Contábeis pela UERJ; MBA em Controladoria Pública pela UERJ; MBA em Auditoria fiscal e Tributária pela UGF; bacharel em Ciências Contábeis UFF e bacharel em Direito pela SUESC.



Amarribo Brasil lança 5ª edição de livro que apoia combate à corrupção

A Amarribo Brasil apresentou, durante a 15ª edição da Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), que aconteceu de 7 a 10 de novembro, em Brasília (DF), a 5ª edição do livro *O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil*. A publicação é resultado do trabalho de mais de 10 anos da entidade na luta contra a corrupção e explica como a comunidade pode trabalhar com iniciativas sociais para o combate a este mal.

“Neste período surgiram diversas ações conjuntas e o empenho em frear a corrupção na vida social é cada vez mais reconhecido. Diante desse cenário, ampliamos o texto original do livro para ser um guia de mobilização da sociedade civil para o controle social”, explica Leo Torresan, presidente da Amarribo Brasil.

Nesta nova edição, a entidade mostra como a internet e as mídias sociais ganharam relevância para atuação e mobilização contra a corrupção e destaca casos de pessoas que enfrentaram o mal em diversas regiões do Brasil, além de detalhar o avanço jurídico e dos órgãos federais de prevenção.

Lançada em parceria com o Instituto Ethos e a Transparência Brasil, a versão digital do guia é distribuída gratuitamente e está disponível para download em http://amarribo.org.br/pt_BR/midia/publicacao_cartilha nas versões em português e espanhol. A edição impressa será vendida, a partir de 12 de novembro, por R\$ 15,00 no mesmo site. Nas quatro primeiras edições, cerca de 150 mil exemplares foram distribuídos.

Sobre a Amarribo Brasil

A Amarribo Brasil é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), entidade sem fins lucrativos, que atua em sinergia com a sociedade civil, a administração pública, lideranças políticas e a iniciativa privada, para acompanhar a gestão dos bens públicos, promover a probidade, e combater a corrupção. A Amarribo Brasil é uma das fundadoras e faz parte do Conselho da Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (ABRACCI), do Conselho Gestor da 1ª Conferência Nacional de Transparência e Participação Social (CONSOCIAL), participa do Comitê dos Jogos Limpos para a Copa

2014 e as Olimpíadas 2016; é sociofundadora do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), com sede em Brasília, e do Movimento Mulheres da Verdade, com sede em São Paulo. **💰**



O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil
Antoninho Marmo Trevisan
Ateliê Editorial
112 págs.

A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática

Atualizado de acordo com as novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público e os manuais editados pela STN, este livro mostra os conhecimentos mínimos exigidos para quem deseja conhecer a administração pública sobre o aspecto orçamentário e financeiro.

O texto começa apresentando a atual estrutura da administração pública, após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que deve conter e como elaborar os instrumentos de planejamento público. Mostra, principalmente, as mudanças que estão ocorrendo no setor público, envolvendo aspectos legais e conceituais, com o advento das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, que vem convergindo para as normas internacionais de contabilidade.

O autor, que é professor da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, elaborou esta obra totalmente de acordo com os novos conceitos que estão sendo exigidos. É um trabalho difícil, pois, devido às particularidades que envolvem a área pública, constantemente a STN vem mudando alguns entendimentos e publicando novas versões dos manuais de contabilidade aplicadas ao setor público. As mudanças que estão ocorrendo são muito importantes para todo o setor público, pois abrangem, desde um bom planejamento público até a elaboração dos demonstrativos contábeis.

Por fim, estuda a prestação de contas a toda sociedade, de forma que esta saiba de forma simplificada o que foi feito com seu

dinheiro, que entrou na forma de tributos (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e até das multas pagas por inúmeros motivos, pois, mostra o livro, que esse dinheiro que saiu do bolso da sociedade é nada mais, nada menos que um investimento feito pelo cidadão e este tem o direito de ver bem aplicado seu “capital”.

Obra recomendada para todos os profissionais de órgãos da administração pública – federal, estadual e municipais – e membros do Poder Legislativo, técnicos dos Tribunais de Contas e ordenadores de despesa em geral. É material útil também para quem se prepara para um concurso na área pública. Leitura complementar para as disciplinas que envolvem finan-

ças públicas, contabilidade ou orçamentos públicos dos cursos de graduação e pós-graduação nos cursos de Ciências Contábeis, Administração, Finanças Públicas e Economia. **💰**



A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática
de Valmir Leôncio da Silva
Editora Atlas
480 págs.

Aconteceu

► CGM conhece a Central 1746



A 6ª edição do programa *Conhecendo a Prefeitura*, realizada dia 22/10, no auditório do CASS, contou com a apresentação da assessora de projetos da gestão do 1746, Simone Paradelo. Sua palestra tratou da Central de Atendimento ao Cidadão que, atualmente, concentra em um único número todas as solicitações de serviços: 1746. Promovido pela Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle (ATRIC), o programa tem como objetivo disseminar junto aos servidores da CGM os projetos e atividades desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades da administração municipal, sendo desenvolvido por meio de palestras proferidas por gestores e especialistas da prefeitura. Os participantes tiveram a oportunidade de conhecer melhor o funcionamento da central, que tem capacidade para 450 ligações simultâneas, funciona 24 horas, nos sete dias da semana.

► 15ª IACC no Brasil

A 16ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC) será realizada na Tunísia. A escolha aconteceu durante a 15ª IACC, realizada no Brasil, com a participação de 140 países e marcada com mensagens de incentivo aos mais de 1,9 mil participantes do evento para que prossigam no intercâmbio de ideias e de boas práticas voltadas ao combate à impunidade. A cerimônia contou com as presenças do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage; do presidente do Conselho da IACC, Barry O'Keeffe; e do vice-primeiro-ministro da Tunísia, Bani Ladgham. A declaração final, desenvolvida e divulgada, pede aos governantes de todo o mundo para adotarem a transparência como "arma" de combate à corrupção.

► 44ª Palestra do Seminários da CGM



O coordenador do Observatório das Parcerias Público-Privadas – PPP Brasil, Bruno Ramos, foi o convidado para proferir palestra no programa *Seminários da CGM*. Bruno Ramos falou sobre *O atual cenário das Parcerias Público-Privadas (PPP) no Brasil e o uso do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a estruturação de projetos nos estados da Federação*. O programa *Seminários CGM* tem como propósito estimular o debate acerca de temas de interesse do Controle Interno e da administração pública. Na ocasião, Bruno Ramos explicou sobre o PPP Brasil, que é um portal que abriga o debate e difunde fatos, ideias e opiniões a respeito das parcerias público-privadas. Segundo ele, um dos principais objetivos do portal é criar e distribuir produtos públicos que possam contribuir e incentivar o diálogo entre Estado, iniciativa privada, sociedade civil e imprensa a respeito dos investimentos em infraestrutura, necessários ao desenvolvimento nacional e regional do Brasil.

► Conaci no Maranhão



Nos dias 29 e 30 de novembro, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e a Controladoria Geral do Estado do Maranhão promoveram no Hotel Brisa-mar, em São Luís, no Maranhão, a 5ª Reu-

nião Técnica do órgão. O evento contou com a participação de representantes de instituições de controle interno de todo o Brasil e abordou temas de melhoria na gestão e transparência governamentais, além de deliberar assuntos administrativos do Conselho. Entre as atividades, destacou-se a apresentação da *Metodologia de Mapeamento de Risco de Corrupção*, uma experiência do Estado de Goiás. Na oportunidade também foi apresentado o levantamento atualizado sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos estados, Distrito Federal e municípios, a partir de questionários preenchidos pelos membros do Conaci.

► Maria Sílvia na CGM



Ainda em novembro, foi realizada a sétima edição do programa *Conhecendo a Prefeitura*, no auditório do CASS, com o tema *Objetivos e atribuições da Empresa Olímpica Municipal*. A palestrante foi a presidente do órgão Maria Sílvia Bastos, que é responsável por coordenar os projetos e as iniciativas da prefeitura do Rio relativas à Copa do Mundo de 2014, às Olimpíadas e às Paralimpíadas de 2016. Também é o contato municipal de integração com os outros agentes responsáveis por esses eventos (como os governos estadual e federal, a Fifa e o COI). É função dela assegurar, no âmbito da administração municipal, que os objetivos sejam cumpridos dentro do orçamento e prazo estabelecidos. E que ainda haja um legado para a sociedade. Na ocasião, Maria Sílvia afirmou que: "A realização dos jogos será um desafio para a cidade". A presidente da EOM também falou sobre as acomodações para os jogos, obras de infraestrutura, o Parque Olímpico, que "será o coração da Olimpíadas", e os transportes no Rio. 📍

Agenda & Eventos

► XII Prolatino



O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e Academia Brasileira

de Ciências Contábeis (Abracicon), realizarão de 7 a 9 de março de 2013, em Porto Seguro (BA), a décima segunda edição do Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino – Prolatino.

O evento é destinado a contadores, profissionais de mercado, professores, gestores do ensino, dirigentes pedagógicos, alunos bolsistas de pesquisa, alunos mestrandos e doutorandos dos cursos de Ciências Contábeis. Maiores informações em <http://www.prolatino.com.br/>

► Agenda Conaci para 2013

O Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) já definiu os locais onde serão

realizadas as próximas reuniões em 2013. A 6ª Reunião Técnica acontecerá em Alagoas na primeira quinzena de março; a 7ª será realizada no Rio Grande do Sul na primeira quinzena de junho; a 8ª ocorrerá no Pará no dia 25 de setembro; e o 9º evento será realizado no Espírito Santo entre final de novembro e início de dezembro. O Conaci também escolheu o estado do Pará para ser a sede do IX Encontro Nacional de Controle Interno. O evento acontecerá de 25 a 27 de setembro. 💰



Auditoria da CGM promove palestras de esclarecimento sobre a prestação de contas de 2012 para servidores municipais

A Auditoria Geral da CGM-RJ (CG/ADG) realizou, em dezembro, dois eventos com palestras de esclarecimento sobre as portarias CG/SIC/ADG nº 104 a 108, de 30/11/2012, que instituíram mudanças em alguns procedimentos do processo instrutivo para prestação de contas do exercício de 2012.

O primeiro evento ocorreu no dia 5, voltado para os servidores municipais responsáveis pela instrução do processo de prestação de contas da gestão de 2012, e contou com 127 presentes (113 da administração direta e 15 da indireta), que tiraram várias dúvidas após a exposição feita pelos servidores da ADG.

No dia 20 foi a vez dos responsáveis pelos almoxarifados dos diversos órgãos da Prefeitura assistirem às palestras. Compareceram, no total, 183 servidores. Foi apresentado, na ocasião, um balanço de prestação de contas até agora realizadas: dos 263 almoxarifados registrados na Prefeitura 173 concluíram suas contas. Em 2011, 162 almoxarifados conseguiram obter o certificado pleno. Isso se deve a simplificação do processo, que facilitou o trabalho dos almoxarifados. Após as orientações, foi explicada a Portaria (*) CG/SIC/ADG nº 109, que trata das mudanças que ocorreram para a prestação de contas 2012 com relação ao ano anterior. 💰



De cima para baixo: os eventos do dia 5 e 20 de dezembro

DEMONSTRATIVOS LRF

Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Novembro de 2011 a novembro de 2012

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	nov/11	nov/12	Em nov/11	Em nov/12	Até nov/11	Até nov/12	Em nov/11	Em nov/12
RECEITAS CORRENTES	15.941.164.271,00	18.354.239.120,00	1.293.551.839,77	1.361.199.127,37	14.893.813.016,36	16.619.439.658,14	1.047.351.254,64	1.734.799.461,86
Tributárias	6.398.397.947,00	7.336.659.421,00	511.965.515,95	569.887.056,13	6.157.950.946,08	6.956.085.840,69	240.447.000,92	380.573.580,31
Contribuições	2.109.036.000,00	2.399.803.591,00	176.232.841,12	194.020.911,74	1.837.922.687,04	2.039.058.708,32	271.113.312,96	360.744.882,68
Patrimoniais	727.441.020,00	968.691.009,00	62.953.999,49	44.474.552,63	1.012.041.619,96	894.148.539,60	(284.600.599,96)	74.542.469,40
Industrial	9.230.462,00	9.566.630,00	622.110,76	564.377,31	6.068.744,08	5.617.765,67	3.161.717,92	3.948.864,33
Serviços	307.725.299,00	351.468.647,00	17.117.744,89	18.642.048,28	319.056.286,31	286.102.936,50	(11.330.987,31)	65.365.710,50
Transferências Correntes	5.142.391.105,00	5.856.486.838,00	430.920.730,95	486.557.483,69	4.670.450.273,23	5.349.686.115,63	471.940.831,77	506.800.722,37
Outras Receitas Correntes	1.246.942.438,00	1.431.562.984,00	93.738.896,61	47.052.697,59	890.322.459,66	1.088.739.751,73	356.619.978,34	342.823.232,27
RECEITAS DE CAPITAL	2.924.351.586,00	2.149.037.862,00	929.254.217,93	124.063.470,38	1.370.033.024,17	1.023.932.864,10	1.554.318.561,83	1.125.104.997,90
Operações de Crédito	1.750.511.893,00	955.672.174,00	902.204.894,87	33.761.880,06	1.085.892.061,68	382.441.551,60	664.619.831,32	573.230.622,40
Alienações de Bens	191.101.381,00	441.451.434,00	1.562.324,82	52.972.956,06	76.504.773,10	387.165.751,91	114.596.607,90	54.285.682,09
Amort. de Empréstimos	107.215.447,00	112.266.100,00	12.121.131,21	(4.466.518,23)	100.858.787,23	92.118.046,50	6.356.659,77	20.148.053,50
Transferências de Capital	591.466.865,00	333.644.039,00	13.340.867,03	41.795.152,49	106.752.402,16	162.207.514,09	484.714.462,84	171.436.524,91
Outras Receitas de Capital	284.056.000,00	306.004.115,00	25.000,00	-	25.000,00	-	284.031.000,00	306.004.115,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	18.865.515.857,00	20.503.276.982,00	2.222.806.057,70	1.485.262.597,75	16.263.846.040,53	17.643.372.522,24	2.601.669.816,47	2.859.904.459,76
DESPESAS CORRENTES	(14.937.301.534,41)	(17.592.426.774,81)	(1.204.170.401,69)	(1.389.320.528,37)	(11.706.963.791,38)	(14.193.470.982,00)	(3.230.337.743,03)	(3.398.955.792,81)
Pessoal e Encargos	(8.701.019.846,85)	(9.618.207.414,64)	(703.367.483,18)	(754.073.210,06)	(7.304.237.661,05)	(8.189.936.554,82)	(1.396.782.185,80)	(1.428.270.859,82)
Juros e Encargos da Dívida	(514.798.362,34)	(505.145.259,00)	(45.379.329,35)	(39.922.620,15)	(505.823.185,01)	(455.538.107,99)	(8.975.177,33)	(49.607.151,01)
Outras Despesas de Correntes	(5.721.483.325,22)	(7.469.074.101,17)	(455.423.589,16)	(595.324.698,16)	(3.896.902.945,32)	(5.547.996.319,19)	(1.824.580.379,90)	(1.921.077.781,98)
DESPESAS DE CAPITAL	(6.366.502.408,50)	(4.898.906.214,41)	(299.761.512,75)	(306.410.409,60)	(2.487.277.174,02)	(2.767.660.179,93)	(3.879.225.234,48)	(2.131.246.034,48)
Investimentos	(5.081.159.860,38)	(4.389.963.421,30)	(278.995.943,46)	(272.042.554,21)	(2.242.135.585,31)	(2.374.705.769,54)	(2.839.024.275,07)	(2.015.257.651,76)
Inversões Financeiras	(126.100.507,46)	(226.729.015,11)	(1.625.384,96)	(12.244.553,72)	(29.866.112,72)	(144.134.637,97)	(96.234.394,74)	(82.594.377,14)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(1.159.242.040,66)	(282.213.778,00)	(19.140.184,33)	(22.123.301,67)	(215.275.475,99)	(248.819.772,42)	(943.966.564,67)	(33.394.005,58)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(25.901.844,26)	(31.798.893,13)	-	-	-	-	(25.901.844,26)	(31.798.893,13)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(21.329.705.787,17)	(22.523.131.882,35)	(1.503.931.914,44)	(1.695.730.937,97)	(14.194.240.965,40)	(16.961.131.161,93)	(7.135.464.821,77)	(5.562.000.720,42)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(2.464.189.930,17)	(2.019.854.900,35)	718.874.143,26	(210.468.340,22)	2.069.605.075,13	682.241.360,31	(4.533.795.005,30)	(2.702.096.260,66)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	2.092.392.150,23	1.378.725.413,07	-	-

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.